



Anais da Assembléia

Nº 124

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 1977.

ANO III

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 190.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1977

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Enéas Faria, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Lineu Turra, Lúcio Machado, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (24); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira e Paulo Camargo (30).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 24 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 109/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 125/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Município de CAMPO LARGO, objetivando melhoria no ensino de 1o. grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. —

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que se digne mandar proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e solicita do Sr. 1o. Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 24 Srs. Deputados. Não há quorum para deliberação.

A Presidência, lamentavelmente, vai suspender a realização de sessões extraordinárias. E aceita da Liderança dos dois Partidos, aconselhamento no sentido de se realizarem sessões extraordinárias, num outro horário, capaz de facilitar a presença dos Srs. Deputados neste Plenário. A Presidência verifica

que a matéria da Ordem do Dia desta sessão extraordinária, está à consideração do Plenário, desde o dia 22 do corrente mês, sem que desde aquela data, tenhamos podido encontrar quorum suficiente para deliberação da matéria.

A Presidência apela aos Srs. Deputados, no sentido de que encontremos o horário que viabilize a que os Srs. Deputados compareçam à sessão extraordinária, fazendo com que a matéria posta à consideração dos Srs. Deputados possa ter deliberação do Plenário.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 191.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1977

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados, Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (44); achando-se ausentes os Senhores Deputados Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Domício Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Hélio Manfrinato, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara e Paulo Camargo (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa., Regime de Urgência para o Projeto de Lei no. 129/77, que declara de utilidade pública a Província Cristo Redentor, da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José, com sede em Curitiba.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, a consignação na ata dos trabalhos, de um voto de pesar pelo falecimento

do Sr. ABRÃO MIGUEL ELIAS, ocorrido na cidade de Rio Branco do Sul.

O extinto era pessoa grandemente relacionada e com o seu passamento deixa uma lacuna irreparável nos meios sociais e políticos daquela comuna.

O Sr. Abrão Miguel Elias, chegou ao Brasil com a idade de 8 anos, e faleceu com 75 anos, deixando 6 filhos, dos quais um é o Sr. Miguel Abrão, atual Prefeito do Município de Rio Branco do Sul.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, que se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Miguel Abrão, Prefeito do referido município.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, propõe à apreciação do Plenário, a aprovação de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 23 do corrente mês, do Sr. ARY DE JESUS BELLO.

O extinto era fiscal de Rendas do Estado na Região Sudoeste do Estado, onde mercê de sua simpatia irradiante e eficiência no exercício das funções, conquistou vastíssimo círculo de amizades que muito prantearam o seu passamento.

Assim sendo, solicita, se aprovado o presente requerimento, seja dado conhecimento à família enlutada, nas pessoas de sua esposa, Dona Evelise Bello, e de seu irmão, Sr. Aray de Jesus Bello, residentes na cidade de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Delegado Regional do Trabalho para o Paraná, indagando sobre providências levadas a efeito para solução dos problemas de segurança na construção de edifícios na cidade de Maringá, e solicitando a constituição de Comissão de Sindicância para fiscalização de tais obras.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Inaceitáveis abusos vem sendo cometidos no campo da construção civil, onde o operário trabalha desprotegido, vez que os tapumes exigidos por Lei não são colocados, expondo-os a risco de vida, assim como também os transeuntes expostos ao perigo das quedas de objetos soltos como pedaços de madeira, tijolos e outros entulhos, causando inclusive, danos materiais aos veículos que transitam nas imediações.

Tal denúncia foi levantada na Câmara Municipal de Maringá, por iniciativa do atento Vereador Tércio Hilário de Oliveira que requereu, através de ofício, as providências necessárias que se fazem em caráter de urgência. Realmente, inúmeros casos têm sido registrados com frequência, o que patenteia a desatenção dos órgãos responsáveis pelo cumprimento da legislação que estabelece normas para segurança na área de construção civil, sobretudo, na edificação de prédios na zona urbana. Tanto o operário encontra-se em permanente risco de vida, quanto os transeuntes que circulam nas calçadas e mesmo veículos são atingidos por materiais que despencam do alto dos edifícios em construção, sofrendo danos, causando prejuízos a seus proprietários.

Requeiro, portanto, que o Sr. Delegado Regional do Trabalho, providencie a constituição de COMISSÃO DE SEGURANÇA, para fiscalizar obras de construção civil na cidade de Maringá, em caráter permanente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, usando dos direitos que lhe são conferidos por lei, e tendo em vista abaixo assinado anexo, subscrito por moradores do Bairro do Xaxim, desta Capital, requer após ouvido o Plenário, seja solicitado providências do Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que seja urgentemente afastado daquele local o lupanar ali existente.

Termos em que espera aprovação.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1977.

(a) LÚCIO MACHADO

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI No. 134/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarado de utilidade pública a Sociedade "Sverdi-Propagação & Cultura" com sede na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1977

(a) DAVID FEDERMANN

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade tem caráter educativo, cultural, assistencial e beneficente, com o qual pretende servir ao bem comum promovendo o homem através da instrução e educação da juventude, do desenvolvimento das ciências e da agropecuária, bem como da beneficência e das obras filantrópicas em geral. Propõe-se, de modo especial, na medida de suas possibilidades: favorecer a instrução da juventude, fundando e dirigindo escolas, ginásios, colégios, academias e seminários, para alunos oriundos de famílias pobres; promover a formação superior, auxiliando pela agropecuária e pelo ensino profissional.

Os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública se encontram preenchidos, razão pela qual, apresentamos o presente projeto de lei, que por certo receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma das virtudes da Democracia é, indiscutivelmente, a liberdade de opinião, liberdade de imprensa. E em função desta liberdade — talvez um dos últimos redutos onde a Democracia é exercida, nas casas legislativas, é que viemos a esta tribuna.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o mais novo jornal do Paraná, "O Correio de Notícias", que, jovem, mas já com uma linha de atuação definida que está a ajudar o nosso Estado, com suas críticas, com seus artigos, traz, na data de hoje, em sua página 5: "Comissão denunciada na Assembléia Legislativa", e num dos tópicos diz que este Deputado faria denúncias de irregularidades. Tais irregularidades, não envolveriam especificamente a Comissão Executiva, mas sim, antigos funcionários da Casa.

Realmente, nos dias em que estamos vivendo, os boatos estão fazendo com que as notícias saiam deturpadas, menos por culpa da imprensa, mais por culpa das conversas de entre-muros, que através de suas frestas filtram alguns boatos que tomam corpo, e no final, ficamos sem saber como distinguir a realidade dos boatos.

Como este Deputado foi envolvido como um verdadeiro algoz dos funcionários desta Casa, gostaria de esclarecer aos Srs. Deputados, aos Srs. Funcionários, aos Jornalistas presentes, o posicionamento deste Deputado, sem que isso represente

ceder à pressão de quem quer que seja. Pois acreditamos que os Deputados que compõem esta Casa têm autoridade aurida nas urnas para não precisarem ceder à pressões.

Sr. Presidente, inicialmente, gostaria de dizer a posição deste Deputado na Comissão de Orçamento, para os que os funcionários da Casa tenham a correta visão de como lá procedemos. Chamamos como testemunhas os Deputados Jorge Sato, Domício Scaramella e Antônio Facci, e como prova fundamental, a cópia da ata de instalação da Comissão, onde este Deputado foi voto vencido ao insistir em que o número de funcionários a prestarem serviço àquela Comissão fosse o mínimo necessário, o estritamente necessário, pois na nossa opinião se se quer beneficiar funcionários, deve-se fazê-lo e eles bem o merecem — mas, deve-se fazê-lo de maneira a beneficiar todos aqueles que, a bem da verdade, estão ajudando este Poder.

Insurgi-me na oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que, ao beneficiarmos 200 e poucos funcionários no ano passado, 150, 200 ou 300 funcionários desta Casa, entre os quais muitos que realmente aqui trabalham, deixaram de ser beneficiados. Posteriormente, quando da reunião dos Deputados da Comissão com a Comissão Executiva e os Líderes dos dois Partidos, sugeri, e as testemunhas estão presentes, que se estudasse uma fórmula pela qual o funcionário da Assembléia Legislativa recebesse o 13o. salário — com este, ou, com outro nome. E lembro-me bem que, ao ser informado de que a Casa paga a título de gratificação de fim de ano, um salário mínimo e meio, aos funcionários, afirmei: "Quem paga 1 salário mínimo e meio aos funcionários, pode pagar 1 salário, como 13o. salário ou, uma gratificação correspondente a este salário".

Isto foi sugerido por mim, à Comissão Executiva, na presença dos membros da Comissão de Orçamento e dos dois Líderes desta Casa.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que vazou e o que chegou às manchetes dos jornais de hoje, foi um outro problema sobre o qual chamo a atenção dos Srs. Deputados.

Trata-se do Projeto de Lei no. 92/77, oriundo do Poder Executivo, e que dispõe de dois tópicos: o primeiro, altamente justificável — o modo de acertar a situação em que ficaram os médicos desta Casa.

No seu artigo 2o., contudo, há um ítem que me chamou a atenção, quando submetido à Comissão de Recursos Humanos.

Trata-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, do revigoreamento, digamos assim, do Gabinete de Assistência Técnica.

Por coerência àquilo que assinei em março deste ano quando do programa da chapa que defendi e que foi derrotada nesta Casa, para a composição da Mesa, quando tínhamos como uma das metas, a mudança total do GAT, sou contra tal revitalização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em 1969 - se as informações que tenho são corretas - após um IPM instalado nesta Casa, uma das medidas tomadas foi a de se terminar com o GAT transferindo-se para a Parte Suplementar do Quadro.

Mas agora, o Sr. Governador pede, através deste Projeto de Lei, solicita que se passe o GAT novamente para a parte permanente do Quadro.

Meu parecer será contrário, por uma série de razões. Meu Partido tomou em março uma posição pela extinção. Por isto irei dar o parecer contra este projeto de lei no seu art. 2o.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero alertar à Casa neste momento, para não ver esta Assembléia Legislativa mancheteada amanhã, se aprovado este projeto, com aposentadorias que serão tachadas de irregulares, como são as aposentadorias feitas no Tribunal de Contas. Não estarei mancomunado, se tal fato vier a ocorrer. Defendo e defenderei nesta Casa, que a Mesa Executiva tome providências imediatas, para que tenhamos um quadro próprio, realmente estruturado em função desta Casa.

O momento, Srs. Deputados, é de seriedade. Se merecem

os ilustres funcionários, velhos ou novos, de curso primário ou de curso superior, merecem a reestruturação desta Casa, tenhamos força para executá-la, mas não fiquemos aí a emendar, correndo o risco de, amanhã, termos esta Assembléia mancheteada com aposentadorias talvez totalmente regulares, mas que dificilmente serão compreendidas pelo povo paranaense.

Sr. Presidente, esta é a justificativa para com os ilustres funcionários desta Casa, que merecem deste Deputado que também é funcionário público, a maior das considerações. A eles deveremos dar o que merecem, mas deveremos também procurar evitar "jeitinhos" e "ajeitamentos".

Por isso, Sr. Presidente, deixo registrado este meu pronunciamento.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz hoje aqui, é novamente a ratificação da posição do Deputado Werner Wanderer, e de muitos outros Deputados, com relação à Polícia Militar do nosso Estado.

Para tristeza nossa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e imprensa do meu Paraná, está existindo ou estão existindo fatos deveras vergonhosos para o regime democrático, para o Governador Canet Júnior, no Paraná, e do Presidente Geisel, em todo o Brasil.

Pois pasmem, Srs. Deputados, pasme, imprensa paranaense, e olhe com atenção, meu querido Presidente, o que aconteceu na cidade de Curiúva, há 20 dias atrás, quando, indevidamente, invade aquele município, aquela comarca, um delegado de uma cidade vizinha, delegado de Telêmaco Borba, amparado por uma verdadeira SWAT americana, naqueles moldes, e descarrega os seus policiais, procurando, para vergonha nossa, denegrir essa democracia paranaense e brasileira.

Tivemos conhecimento, hoje, por intermédio de nossos companheiros da cidade de Curiúva, que, a 28 de agosto, Sr. Presidente, um delegado de polícia com ingerência indebita, com ingerência em outro município, em outra comarca, a revistar Vereadores, Suplentes de Delegados, numa verdadeira arbitrariedade e transformando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquela pacata cidade, numa verdadeira praça de guerra, com denúncias falsas, com denúncias sem fundamento e sem amparo legal.

Um delegado de uma cidade vai a uma outra cidade, outra comarca, para fazer arbitrariedades em nome dessa Polícia Militar, dessa Polícia gloriosa do nosso Paraná, essa Polícia intocável que tem seguido os exemplos de Caxias, no nosso Exército Brasileiro. Então, é preciso, Sr. Presidente, que venha um Werner Wanderer, um Gabriel Manoel e outros Deputados, aqui, na tribuna, para procurar sanar esta situação. É uma verdadeira calamidade pública; são uma vergonha, Sr. Presidente, os fatos que estão ocorrendo em nome da gloriosa Polícia paranaense, quando delegados sem competência, quando delegados arbitrários, uns verdadeiros nazistas, desembarcam em outros municípios, procurando amedrontar, principalmente, Vereadores pacatos, suplentes de polícia, suplentes de delegados, para revistá-los, Sr. Presidente. E é preciso que se diga, Sr. Presidente, que se ponha um paradeiro para que esta Polícia gloriosa do Paraná seja colocada num lugar de destaque desta democracia paranaense e brasileira.

É uma democracia que, enquanto houver voz nesta tribuna, haveremos de procurar honrá-la. E não poderíamos nos calar, Sr. Presidente, porque V. Exa. também é testemunha das arbitrariedades que a Polícia Militar faz, orientada por delegados sem condições, delegados arbitrários, verdadeiros carrascos do povo e, por injunções, políticas muitas vezes, procuram tripudiar sobre pacatos cidadãos, homens humildes, homens que trabalham, que lutam no interior paranaense.

Eu reclamo, Sr. Presidente, para que se diga e para que se anexem junto com a denúncia do Deputado Werner Wanderer, que também não é só no Sudoeste, na pequenina cidade de Curiúva, pelo Delegado, Sr. Presidente, pelo delegado da cidade de Telêmaco Borba.

Sabemos que nos falta um minuto mas, queríamos pedir vênua, Sr. Presidente, que o orador que nos antecedeu, ficou mais dois minutos na tribuna, e nós vamos falar a verdade aqui, Sr. Presidente; custe o nosso sangue, custe o nosso próprio mandato, haveremos de denunciar esses corruptos, esses homens beligerantes que levam à discórdia, que levam à ignorância, que levam, Sr. Presidente, à discórdia a família paranaense.

Vamos nos dar as mãos, ou o Sr. Secretário de Segurança toma conhecimento da irresponsabilidade que está havendo, ou nós estamos fadados a uma derrota. Uma derrota, Sr. Presidente, pela nossa negligência, porque covarde é aquele, Sr. Presidente, que se dá por vencido antes de começar a luta.

E a nossa revolta é tanta, Sr. Presidente, a nossa revolta é tanta, imprensa do meu Paraná, a este delegado corrupto, a este Delegado arbitrário com ingerência nesta e em outras comarcas, onde leva a polícia do S.O.S. nazista para examinar os pacatos cidadãos da nossa terra. É a nossa revolta, Sr. Presidente.

Nós só nos calaremos, Sr. Presidente, na hora em que derem uma satisfação à esta Assembléia, uma resposta do Sr. Secretário de Segurança, para que possamos ter certeza, Sr. Presidente, para que possamos ter certeza, imprensa do meu Paraná, que estes delegados corruptos, esta Polícia que está desonrando a Polícia paranaense e a polícia brasileira, sejam verificadas as verdades e sejam solucionados dentro de uma sanção, Sr. Presidente, que está a exigir uma resposta de Deputados que vêm a esta tribuna para falar e para não receber resposta, de um Werner Wanderer que vem denunciar esta polícia arbitrária, de um Gabriel Manoel que vem aqui, Sr. Presidente, para dizer a verdade, para que não haja mais arbitrariedades em nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e solicitaremos, em nome desta honrada Casa, sob pena de virmos aqui diariamente, a cobrar, a exigir do Sr. Secretário de Segurança, que não mande mais os seus policiais a mexer com cidadãos pacatos. É uma desonra para o nosso Partido. Foi a nossa derrota em 1974, e será, Sr. Presidente, a nossa derrota futuramente, se não tomarmos providências. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Li nos jornais desta Capital, declaração do Sr. Presidente desta Casa, com referência ao número de funcionários que fizeram parte, nos anos anteriores, na Comissão de Orçamento, com assessoramento na Comissão de Orçamento. Não entro e não quero entrar em debate sobre este problema.

No entanto, é bom e é necessário que se esclareça que a Comissão de Orçamento usou por dois anos e terceiro ano que cá estou, de uma forma de fazer com que cada Deputado pudesse indicar um funcionário para assessorá-lo durante a tramitação da peça orçamentária nesta Casa.

Este ano, também seria utilizada a mesma forma. O número que foi pago depois pela Mesa, de funcionários, este nós da Comissão desconhecemos. Em verdade não se pode e não poderia eu, como Vice-Presidente da Comissão, calar-me, ao ver a notícia estampada nos jornais, como se nós da Comissão de Orçamento tivéssemos feito o chamado "trem da alegria".

Mas é bom também que a Casa saiba, que o Orçamento que vem para cá é elaborado durante o ano todo por uma grande equipe de técnicos da Secretaria de Planejamento do Estado do Paraná. Não sei qual o número de funcionários que tem lá à disposição, mas são técnicos altamente pagos e encontram assim

mesmo dificuldades para elaborar em tempo hábil, tanto que, este ano, o Governo, por descuido, ou porque não conseguiu encaixar o Orçamento dele para 78, num outro Plurianual. Deixou de enviar para esta Casa o Plurianual de Investimentos. Estamos examinando com cuidado, para ver qual é a responsabilidade do Sr. Governador no que toca a esta parte.

Vem agora o Orçamento do Estado para 78, não sei quantas páginas, este é composto, mas o do ano de 77, era composto de mais de 600 páginas. Números, dotações difíceis de se encontrar uma forma de emendar-se, ou de saber onde realmente, o governo pretende gastar o dinheiro.

E olha, Sr. Presidente, nós temos apenas 60 dias, nós temos apenas dois meses, a Assembléia dispõe apenas até 30 de novembro para poder estudar toda a proposta orçamentária do Estado. Nós não podemos ficar e não temos acesso, porque daqui desta tribuna e aprovado por esta Casa, apresentamos requerimento propondo inclusive a formação de um quadro permanente de assessoramento à Comissão de Assessoramento com elementos da Assembléia e da Secretaria de Planejamento do Estado, para que na elaboração do Orçamento, pudesse ter voz e vez, porque nós estamos impedidos pela lei, hoje vigente, de apresentar qualquer emenda que modifique as dotações propostas pelo Poder Executivo.

Então nós temos apenas que ficar aqui a homologar; e eu, desde o primeiro instante que estive na Comissão não concordei com isso, apresentei várias emendas, como quantos outros Srs. Deputados assim o fizeram, emendas, que vão para a Comissão e são rejeitadas, e aquelas que conseguem passar, nós perdemos aqui no cansaço, no tempo, como foi em 76 para o Orçamento de 77.

Eu ainda continuo com a opinião, que nós deveríamos ter, se não é possível a formação desta Comissão Permanente, de assessoramento, mas que cada Deputado pudesse ter o seu funcionário a observar o Orçamento junto à Comissão, tendo para isso a gratificação ou não, esta forma não foi este Deputado, e não foi nesta legislatura que foi criada.

Porque, Sr. Presidente, elaborei há poucos dias, um requerimento pedindo ao Sr. Secretário de Transportes: "Quais das obras constantes da página 338 da Proposta Orçamentária do ano passado, obras rodoviárias, efetivamente, foram realizadas; em que estado estavam no início do ano e em que estado vão ficar agora em 31 de dezembro. Porque colocar lá, não sei quantos quilômetros de asfalto, estrada de Palmeira a Ponta Grossa, estrada de São Jorge ao Porto Ivaí, e depois fazer-se outra porque interessa mais politicamente.

Isto não está certo. Já foi dito aqui e vou repetir, "Orçamento é apenas uma lista de intenções do governo", nós não podemos e não temos condições e trarei se novos reptos forem lançados.

A resposta do Sr. Secretário de Planejamento, quando pediu e exigia daqui, e esta Casa aprovou, que o Sr. Governador mandasse trimestralmente a relação dos decretos que suplementam verbas, mudando de uma dotação para outra, para que esta Casa pudesse, com a Comissão criada, acompanhar de perto, acompanhar de fato, a execução orçamentária.

E foi dito por escrito pelo Secretário de Planejamento que a Assembléia, que este Poder não tinha estrutura para acompanhar, por isso era impossível de se mandar, e que não era obrigação do Sr. Governador mandar para cá. E nós temos, volto a repetir, que estudar uma peça orçamentária complexa em dois meses. E vêem-se as críticas à Comissão de Orçamento, que pede assessoramento, que pede condições para trabalhar, que pede condições em última análise, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para poder ao mesmos, apresentar um Parecer digno e não aquele de três linhas dizendo que está de acordo com as regras gerais, existentes neste País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra no

Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Jurandir Messias. Ao mesmo tempo que a Presidência solicita, respeitosamente, ao Sr. Deputado Jurandir Messias, que tão logo tenha usado a tribuna, ocupe a Presidência.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos a tribuna para esclarecer, para que aquele episódio tão lamentável na sessão de terça-feira, da qual este Deputado tinha a honra de presidir nesta Casa, possa ter uma elucidação.

Não sei, Sr. Presidente, se fui mal entendido, se fui mal compreendido por parlamentares desta Assembléia.

Mas, Sr. Presidente, disse naquela ocasião que assumia toda e qualquer responsabilidade dos atos da Presidência e venho, hoje de público, Sr. Presidente, porque não admito que um colega, que um Sr. Deputado que tanto admiro, que tanto prezo, venha desta tribuna e na imprensa acusar, quando tenho a oportunidade, na qualidade de primeiro Vice-Presidente, assumir a Presidência desta Casa.

Parece-me Sr. Presidente, até falta de ética, mas, nós que vivemos e convivemos e que aqui moramos, temos que aceitar, Sr. Presidente, muitas vezes, certas injustiças e certas incorrências.

Mas, hoje, Sr. Presidente, devo assumir novamente a Presidência desta Casa e não mudarei a minha maneira de agir. Se não é menos verdade que naquela sessão fui tolerante com o eminente Deputado Lineu Turra, concedendo-lhe mais alguns minutos para a conclusão do seu pensamento nesta Casa, nesta tribuna, o serei também com outros Srs. Deputados, porque deverá, Sr. Presidente, haver entre nós, entre colegas, uma certa liberdade, haverá também uma certa igualdade e é por-isto que muitas vezes sou mal entendido e mal compreendido.

Porque fui, Sr. Presidente, eleito primeiro Vice-Presidente num consenso do meu Partido mas posso afirmar desta tribuna, que tenho trânsito livre na bancada do MDB na qual tenho grandes e inúmeros amigos; que também, tenho certeza, se eles participassem daquele memorável consenso, carregariam seus votos, mas como o fizemos tão somente com a nossa bancada, com a bancada da Arena, eu tive também dos meus companheiros de Partido, o trânsito e, conseqüentemente, a minha eleição.

Sr. Presidente, dizia um Deputado que "eu estranhava o seu comportamento". Não lembro e as notas taquigráficas detem ter registrado algo — se realmente disse, confirmo que estranho. Porque tenho aquele Deputado no melhor conceito. E é por isso que eu estranho, que este Deputado venha à tribuna, vá à imprensa, acusar o Presidente que assumia a Presidência desta Casa, naquele dia.

Tenho que ficar até chateado; tenho até que ficar desconfiado, muitas vezes, com atos desta maneira.

Mas quero, Sr. Presidente, que fique bem claro, que não guardo ressentimentos; que quero ser sempre amigo de todos. Que, quando estiver na Presidência, quero ser igual, como fui até hoje. Quero dar a todos a oportunidade de dizerem e expressarem aquilo de interesse de suas comunidades.

Portanto, Sr. Presidente, aqui fica de público, o meu depoimento. Que volto à Presidência sem mágoas e sem sentimento de qualquer um dos Srs. Deputados. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência solicita ao Sr. Deputado Jurandir Messias que assuma a Presidência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento.

Embora o nobre Deputado Jurandir Messias não tenha citado o meu nome, é claro que se referiu à minha participação no episódio de anteontem e de ontem.

Apenas para esclarecer um equívoco do nobre Deputado Jurandir Messias: eu não fui à imprensa. Eu tão somente pedi a

V. Exa., ontem, que determinasse fossem as notas constantes da ata da sessão de anteontem modificadas; porque eu não aceitava a expressão de ter tido comportamento estranho nesta Casa, como nunca tive.

Acho que propugnar pela correta observância do Regimento Interno da Casa é um comportamento normal; jamais estranho. E aproveito ainda a oportunidade para dizer que é recíproco o respeito e a admiração que tenho pelo nobre Deputado Jurandir Messias. Isto, todavia, não me impede de protestar sempre que eu julgue ser um direito da minha atuação nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra, no Pequeno Orador inscrito, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Fui, pelo eminente e ilustre Deputado Antônio Facci, objeto de referência, quando S. Exa. ocupou a tribuna no Pequeno Expediente.

Falava S. Exa. da necessidade que têm os Srs. Deputados de se assessorarem junto à Comissão de Orçamento, por ocasião da análise daquela importante peça; na Comissão e no Plenário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quero crer que na minha humildade, sempre fui capaz de responder peças posições que eu assumo. No caso em tela, devo, alto e bom som — e não tenho receio de me incompatibilizar com o funcionalismo desta augusta Casa de Leis. Tenho posição firmada quanto ao assessoramento que deve ter a Comissão de Orçamento.

Acho, Sr. Presidente, disse e repito, da tribuna, que não há, absolutamente, necessidade de se constituir numerosa comissão de assessoramento dos Srs. Deputados, na análise do Orçamento Geral do Estado.

Repito, Sr. Presidente, o que sempre afirmei — dispõe esta Casa de um corpo de funcionários altamente capazes. Dentre estes funcionários, Sr. Presidente, Srs. Deputados, centenas deles percebem, além dos vencimentos e das gratificações, e outras vantagens, também 50 por cento por prestação de serviços extraordinários.

Sou, portanto, um dentre aqueles Deputados que entendem que esse funcionalismo capaz, operoso e competente, desta Assembléia Legislativa, dentro do horário normal de trabalho, não só poderá, mas deverá prestar o assessoramento que os Srs. Deputados devam ter na análise da peça orçamentária.

Não vejo razão para que se constitua uma comissão com quase duas centenas de funcionários, e se lhes atribuam gratificações capazes de serem questionadas à Comissão Executiva, no instante que lhes deferirá essas vantagens. Porque dentre esses bons e capazes funcionários, centenas ficarão à margem da Comissão de Orçamento e, com toda a razão também, a reclamar tratamento igual a ser dado aos privilegiados.

Essa minha posição, Sr. Presidente, longe de me incompatibilizar com o funcionalismo desta Casa, me enaltece porque sabe o funcionalismo desta Casa, da admiração, do apreço e do respeito que o Presidente deste Poder lhe devota. E não invalida a minha posição para dizer que temos numéricos e capacitados funcionários, suficientes, para prestarem o assessoramento que os Srs. Deputados defem ter na análise do Orçamento.

E podem todos os Srs. Deputados indicar que bem desejarem, de seus gabinetes, para lhes prestarem o assessoramento na análise que vão fazer, dentro do horário normal desta Casa.

E se porventura, se fizerem aqui turnos de 24 horas, para recebimento de emendas, a Comissão Executiva não se furtará de pagar em dobro as horas de serviços extraordinários aos funcionários que fizerem jus estatutariamente.

Mas, o que este Presidente deseja evitar é que se cometam erros que já se cometeram. E eu me incluo na legião dos que erraram, para que a imprensa do Paraná diga à opinião pública que estamos todos, num esforço concentrado, para evitar gastos

maiores. E se pudermos aceitar a sugestão do eminente Deputado Deni Schwartz, para que o remanescente da dotação da Despesa de Terceiros, com a rubrica de Serviços Técnicos, se, no final do ano, puder ser repassada aos funcionários, numa proporção equitativa, que se faça isso, para que todos os funcionários recebam um pouco mais do que recebem dos parques vencimentos que recebem.

Mas, essa posição assumo — e é uma posição pessoal. E excluo e eximo de qualquer responsabilidade pela minha posição qualquer membro da Comissão de Orçamento. Porque sei que todos aqui desejariam abrigar todos os funcionários e fazer com que todos recebessem alguma coisa a mais pelos serviços que prestam tão dedicadamente a este Poder.

Mas essa posição pessoal tem razão de ser, e por razões da própria estrutura, hoje, da política e da administração, me impedem de declinar desta tribuna.

E são razões muito sérias, Sr. Presidente, porque não há nada que se faça nesta Casa que não deva ser objeto de informação aos órgãos que, diariamente, questionam a Comissão Executiva da Casa.

Esta é a minha posição, e não invalida a posição de outros eminentes Deputados; mas posição que adoto e assumo consciente, certos de que estamos zelando pelo funcionário.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Infelizmente, este Poder Legislativo é novamente manchete na imprensa do Estado, na imprensa nacional, mas, com manchetes negativas.

O MDB achou por bem, cumprindo com sua responsabilidade, de tomar e de assumir o posicionamento com respeito às propaladas irregularidades que possam existir dentro desta Casa.

No entanto, Sr. Presidente, quer o MDB através da sua Liderança, proclamar que, a Bancada do Movimento Democrático Brasileiro com assento nesta Casa, não tem vinculação alguma com a Mesa Executiva e, não tendo vinculações, não assume responsabilidades por atos que possam ter sido praticados pela Mesa, muito embora façam parte da Comissão Executiva dois Deputados que pertencem à legenda do MDB, mas que foram eleitos para estes postos com votos da Aliança Renovadora Nacional, numa atitude que caracterizou, na época, a traição desses dois Deputados à sua bancada.

É necessário que se lembre, Sr. Presidente, é necessário que se rememore que, quando pretendemos disputar as eleições para a Mesa nesta Casa, os Deputados do Movimento Democrático Brasileiro assinaram um compromisso que substanciava um programa mínimo de reformulações que achávamos necessário se fizesse dentro desta Casa.

Tem também o Movimento Democrático Brasileiro, a preocupação de manter a magestade deste Poder e é com esta preocupação, Sr. Presidente, sem trazer aqui acusações a quem quer que seja, mas para exigir da Mesa que dirige, da Comissão que dirige este Poder, que tome as medidas urgentes e que se fazem necessárias, para que este Poder não perca, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a autoridade moral que é fundamental para o fiscalizador. Porque se isto não acontecer, se a moral deste Poder for atingida, indiretamente estarão todos os Deputados envolvidos, estará o Presidente da Assembléia, estarão os 1o., 2o., 3o. e 4o. Secretários.

É isto que se quer, Sr. Presidente, que a autoridade e que a majestade deste Poder seja mantida, para que não percamos a autoridade para criticar atos ou possíveis atos irregulares do Poder.

Dentro desta linha de pensamento, Sr. Presidente, o MDB, em reunião da bancada, realizada na manhã de hoje, redigiu

documento que encaminharemos à Comissão Executiva em termos de pedido de informações. São os seguintes os termos do presente requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

A Bancada do Movimento Democrático Brasileiro com assento nesta Casa, através de sua Liderança, apresenta à Mesa da Assembléia Legislativa o seguinte pedido de informações dirigido à Comissão Executiva, a ser atendido no prazo compatível com a situação de gravidade e nociva que compromete este Poder, vazado nos seguintes termos:

I — QUANTO À FROTA DE VEÍCULOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

a). De quantos veículos se constituía a frota da Assembléia, até 1o. de março de 1977? Especificar a marca, tipo, modelo, ano de fabricação, valor e distribuição entre os gabinetes de representação e serviços da administração.

b). Qual o número de veículos adquiridos após 1o. de março de 1977? Especificar a marca, modelo, tipo, ano de fabricação, valor e distribuição entre os gabinetes de representação e serviços da administração.

c). Se houve alteração de: números e de padrão de veículos na frota, explicar o procedimento legal adotado para alienação e aquisição, discriminando os valores dos automóveis, alienados e adquiridos, bem como as razões que justificaram tal decisão.

d). Quais os motivos de ordem técnica que justificaram a mudança de padrão, e de número de veículos na frota, indicando comparativamente, se existir, situação idêntica em outro órgão da Administração Pública?

e). Como a Presidência, ou outra autoridade com delegação, determinou o emplaceamento dos veículos da Assembléia? Explicar o tipo de placa utilizada, indicando a numeração que coube a cada gabinete de representação ou serviços da administração, explicando também, se houve complementação de verba para essa despesa.

II — QUANTO AOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

a). Com quem a Assembléia realizou contrato de prestação de serviços, especificando o respectivo objeto, valor e procedimento adotado.

b). Informar se houve aditamento de contratos firmados, justificando as razões.

c). Discriminar os salários efetivamente pagos ao pessoal que presta serviços à Assembléia, em função de tais contratos, bem como as atividades exercidas.

III — QUANTO ÀS VERBAS DOS GABINETES DE REPRESENTAÇÃO.

a). Explicar as razões de dotação de verbas aos gabinetes de representação.

b). Qual o valor total e discriminado por despesa das verbas destinadas aos gabinetes de representação? Discriminar, também, o montante financeiro de cada gabinete.

c). Se houve complementação ou remanejamento dessas verbas, justificar as razões.

d). Por que o orçamento analítico correspondente à Assembléia Legislativa não é submetido à Comissão de Orçamento e, posteriormente, ao Plenário, se tal ocorre com o Poder Executivo?

IV — QUANTO À ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA ASSEMBLÉIA.

a). Qual o total recebido que se encontra contabilmente em caixa ou depósito bancário à disposição da Assembléia, pela atual Comissão Executiva, na data de aprovação deste pedido?

b). Quais os estabelecimentos bancários em que se encontram atualmente os numerários da Assembléia? Indicar valores e justificar a posição das verbas, bem como discriminar os valores exatos que estão imobilizados.

c). Apresentar demonstrativo do balancete mensal ela-

borado pela Tesouraria, discriminadamente.

d). Por que a Mesa não tem prestado contas ao Tribunal de Contas, e em que fundamenta a sua decisão?

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1977."

Após, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebermos as informações contidas neste documento, o MDB adotará um novo posicionamento em função das respostas que nos forem fornecidas e dos esclarecimentos que nos forem dados, e tenho certeza, que a Comissão Executiva desta Casa, fará chegar às mãos desta Liderança, no mais curto espaço de tempo possível, as informações, para que possamos colocar um paradeiro nesses comentários desairosos que denigrem este Poder.

Se existir corrupção, que se punam, definitivamente, os corruptos; e se não existir corrupção, que, através dessas informações e de outras que a Comissão Executiva possa nos fornecer, que provamos à opinião pública deste Estado que o Poder Legislativo do Estado do Paraná não está maculado e que mantém a sua autoridade normal e que mantém sua magestade.

São estes votos que faço, sinceramente, desta tribuna, Srs. Deputados, para que nada daquilo que se fala, exista; mas, se existir, que tenhamos a coragem, Sr. Presidente, que tenhamos a coragem suficiente para colocar freios a tudo isso.

Se existirem erros, vamos corrigir os erros.

Se existirem falhas, vamos corrigir as falhas.

Se existir corrupção, vamos terminar com a corrupção, porque se assim não procedermos, Sr. Presidente, estaremos, perante à opinião pública deste Estado, perante à opinião pública desta Nação, completamente desautorados para qualquer tipo de críticas que se pretenda fazer ao Executivo, ou a qualquer outro órgão da administração pública.

Esta é a preocupação, Sr. Presidente.

Não vai, reafirmo aqui, ao finalizar, acusação desta Liderança a quem quer que seja, mas, é preciso que esta Casa tenha, com a máxima urgência, as respostas aos quesitos deste documento.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência entende que o pedido de informações do Sr. Deputado Trajano Bastos, Líder do MDB, não será objeto de deliberação do Plenário. E considera já, a Presidência, recebido o pedido de informações e, como das vezes anteriores já procedeu, no mais curto espaço de tempo, fará chegar às mãos de S. Exa. o Sr. Deputado Trajano Bastos, as respostas das perguntas que S. Exa. dirige à Comissão Executiva.

Todavia, entende a Presidência que algumas das perguntas dirigidas a esta Comissão Executiva, deveriam ter sido endereçadas a Comissões Executivas anteriores, notadamente aquela que se refere à inobservância da obrigatoriedade de prestação de contas deste Poder, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, porquanto esta Mesa não cumpriu, ainda, um ano, um exercício financeiro que devesse, portanto, cumprir esta disposição.

Ao Sr. Líder do MDB, a Presidência manifesta todo o seu respeito e antecipa, poderia antecipar a resposta de muitas destas perguntas imediatamente, para que a imprensa aqui credenciada não publicasse tão somente o pedido de informações com a possibilidade de insinuações da existência de corrupção.

No tocante à existência do número de veículos deste Poder, a Presidência afirma, é menor do que encontrou quando assumiu e os carros alienados eram todos de custo de manutenção muito maior do que os adquiridos. E as outras perguntas, todas serão objeto de resposta honesta, como foi objeto de resposta de perguntas anteriores que S. Exa. encaminhou, não via Plenário, mas via Gabinete da Presidência, no tocante, principalmente, ao funcionalismo público.

A Presidência agradece a ilustrada bancada do Movimento Democrático Brasileiro, em conhecer da real situação deste

Poder e poderá, a resposta que receber, pôr fim aos discursos pronunciados da tribuna, por alguns dos Srs. Deputados que acusam a existência de corrupção neste Poder.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Maurício Fruet, inscrito.

O SR. MAURÍCIO FRUET — "Nenhum vento ajuda quem não sabe a que porto veleja". Montaigne

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito, mas muito mais do que uma tese partidária a campanha pela Assembléia Constituinte representa o pensamento das forças vivas mais representativas nacionais.

É, na realidade, a grande opção em busca de uma solução ao denominado "impasse constitucional".

O § 1o. do Art. 1o. da Constituição em vigor, determina expressamente que "todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido", e cabe aos cidadãos, definirem, livres e conscientemente, seus rumos. Seus destinos. Sem revanchismos, sem prevenções, sem radicalismos.

Historicamente nosso País e inúmeras outras Nações democráticas se utilizaram deste expediente e, por maiores que tenham sido os percalços, as Constituições assim brotadas sempre se revelaram as mais eficazes, pois sintetizaram a média do pensamento do povo.

Sob o tema "A Constituição é possível?", o jornal "O Estado de São Paulo" promoveu objetivo debate, reunindo ilustres brasileiros, e acreditamos importante destacar, neste momento, a opinião do professor de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo, Francisco Weffort, que expôs "A sugestão de convocação de uma Constituinte, mais do que uma reivindicação da oposição, deve ser entendida como uma exigência do momento atual. Momento de crise, mas também um momento fecundo porque nos permite lembrar o passado, não para reavivar mágoas ou rancores, mas para reconhecer a possibilidade de um novo começo para a história da democracia do País.

Por isso, pondo-se à parte detalhes que cercam algumas de suas formulações iniciais, há que entender a reivindicação de uma Constituinte no que ela tem de mais generoso e profundo: a busca de um caminho para a construção de democracia que, por sua natureza, está muito além das estreitezas do espírito de facção. Mais ainda: procura quem reclama a explicitação de princípios aos quais devem subordinar-se as pretensões, estas legítimas, dos partidos. Do que ainda resta do que tivemos, mais representativos que os de hoje, e mesmo dos que tenhamos a ter e que, esperamos, sejam melhores que os antigos.

Quem quer a democracia deve querer algo mais do que a afirmação de sua própria verdade, pois a verdade democrática, condição das demais que possam expressar-se em seu âmbito, só existe no espaço público de um diálogo, cuja essência é a liberdade.

No mesmo debate o professor Dalmo Dallari, brilhantemente, salientou: "Sejam quais forem os motivos que levem à quebra da ordem constitucional, quando esta ocorre, e não é rapidamente restabelecida, a ordem jurídica e social perdem sua unidade. É inevitável que surjam regras de emergência, muitas delas em contradição com as regras anteriormente fixadas para dar estabilidade às relações sociais e, portanto, com a intenção de serem permanentes."

A longa duração da situação excepcional acaba acarretando uma superposição de ordens, sem uma clara hierarquia e sem a possibilidade de uma perfeita harmonização. A consciência disso é a incerteza quanto ao direito, que tanto atinge governantes quanto governados, pois ninguém sabe exatamente quando e como deve agir. O resultado final da incerteza é a insegurança para todos.

Uma verificação, mesmo superficial, do que se fez no Brasil em termos de regras jurídicas a martir de 64, mostra, com muita evidência, que se criou um emaranhado, impreciso, cheio

de contradições e de falhas técnicas. Basta lembrar que se mantém lado a lado, um Ato Institucional, afirmando a possibilidade de decisões arbitrárias, e uma Constituição, que deve ser o obstáculo máximo contra o arbítrio. A par disso, observa-se que o papel do Estado foi sendo alterado em vários sentidos, não estando claro, sequer, se o Estado brasileiro é ou não intervencionista, verificando-se que o mesmo empresário que condena a intervenção do Estado pede essa intervenção sob forma de empréstimos, auxílios, subvenções e insenções fiscais.

Essa alteração de papel do Estado foi sendo acompanhada de uma legislação fragmentada, muitas vezes de sentido imediatista e atenta apenas a determinada espécie de atividade, sem procurar a integração com as demais.

A consequência disso tudo é que se tem hoje no Brasil, do ponto de vista técnico-jurídico, uma verdade na "desordem política" que atinge a totalidade da vida social. A correção dessa situação inclusive, para promover a integração harmônica das inovações introduzidas, só poderá ser conseguida por meio de uma Constituinte. É indispensável, portanto, que se caminhe, o mais rápido possível, para uma Assembléia Constituinte.

Do ponto de vista estritamente formal, seria possível pensar-se na elaboração de uma nova Constituição, sem a convocação de uma Assembléia Constituinte, mediante a designação de uma Comissão Especial que preparasse um texto, integrando as antigas e as novas regras de comportamento. Em seguida, esse texto seria publicado, por decreto, como uma nova Constituição, declarando-se sem efeito, no mesmo ato, as normas de exceção. Seria um processo típico de Constituição outorgada.

Esse processo esbarra, porém, em uma série de dificuldades a partir da questão de legitimidade. Se o povo não reconhecer legitimidade na Constituição, não se disporá a respeitá-la e isso comprometeria seriamente a sua eficácia. Outra dificuldade seria a necessidade de se conseguir um texto que refletisse os valores, as aspirações, as necessidades e as possibilidades de todo o povo brasileiro, sendo bem difícil que uma Comissão, por mais alto que fosse o seu nível intelectual, conseguisse chegar a esse resultado.

Mesmo numa Assembléia Constituinte essa dificuldade existe, mas a circunstância de estarem representadas diferentes correntes de opinião e de haver debates públicos durante a elaboração do projeto dá muito maior possibilidade de adequação entre o texto final e os dados da realidade".

E desses debates, no entretchoque de idéias, se chegará à verdade democrática preconizada pelo Professor Weffort, que deve estar na lei. Quem defende a lei não está se opondo à Nação, e sim, defendendo a comunidade, o Estado.

Mas, para que a Lei Maior possa ser alcançada é preciso que haja liberdade que é a essência das coisas no respeito de cada um com seu semelhante.

Tenhamos sempre em mente o enunciado pelo abade Sièyes de que "a Nação existe antes de tudo e acima de tudo..."

Não esqueçamos, também, o ensinamento de Gonçalves Ferreira Júnior — "que o supremo poder, num Estado, pertence ao Povo; a soberania é do Povo; portanto, o Poder Constituinte é do Povo".

A consciência livre de nosso povo fez nascer um vento que espontânea e coletivamente está varrendo nosso Brasil de Norte a Sul.

Que nos leve ao porto da Democracia".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência consulta o Movimento Democrático se deseja ocupar os quinze minutos regimentalmente cedidos ao seu Partido.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, consulto à Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja ocupar o espaço reservado ao seu Partido.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Usará do horário destinado à Arena o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos nesta tribuna apenas, Sr. Presidente, para uma orientação em que concerne ao requerimento nosso datado de 24 de agosto de 1976.

Na súmula pedimos a denominação da Estrada Adelino Vieira a Rodovia que liga Wenceslau Braz, Tomazina, Pinhalão, Japira e Lisímaco Costa.

Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, 24 de agosto de 1976. Segue justificativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Agora o que nos causou espécie, Sr. Presidente, foi que o digno Deputado, companheiro nosso, Presidente da CCJ, enviou um ofício vazado nos seguintes termos:

"Sr. Secretário, em questão ao requerimento aprovado nesta Comissão, cópia anexa, encaminho a V. Exa., fotocópia do Projeto de Lei no. 92/76, a qual deverá ser convertida em diligência junto ao Departamento de Estradas de Rodagem a fim de que se manifeste sobre a viabilidade. Na oportunidade afirmo a V. Exa. as minhas expressões de apreço e consideração. Segue em apenso também um ofício, um requerimento do Sr. Relator.

Na qualidade de Relator do projeto de Lei 92/76, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, solicita que o mesmo seja convertido em diligência junto ao Departamento de Estradas de Rodagem a fim de que aquele órgão se manifeste sobre a viabilidade. Sala das Sessões, 1o. de setembro".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A treze de setembro era enviado ao Sr. Diretor Geral do DER um ofício assinado pelo ilustre Primeiro Secretário, Deputado Aguinaldo Pereira Lima, por deliberação da douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, através de seu Presidente, Accioly Neto, passo às mãos de V. Sa. incluso o Projeto de Lei 92/76, o qual deve ser convertido em diligência junto a este Departamento que se manifeste sobre a viabilidade.

Na oportunidade apresento a V. Exa. protesto de estima e apreço. Afirmo o Deputado Aguinaldo Pereira Lima, 1o. Secretário.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que nos causou espécie foi a sua autorização, no mesmo dia 13 de setembro de 1976. A gravidade dos fatos é que foi autorizado neste dia o arquivamento deste anteprojeto.

Então é isso, Sr. Presidente, que nós queremos saber: cobrar-se ou não cobrar-se da Casa, apenas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para ver a razão, Sr. Presidente, que se manda um ofício em diligência e se autoriza na mesma data, o arquivamento do anteprojeto sem saber uma solução.

Sr. Presidente, talvez não seja um fato muito grave. Então diz assim: "Ao Sr. Diretor do Departamento Administrativo, em 13/9 — Ao Sr. Diretor Geral, para autorizar o arquivamento".

No dia, Sr. Presidente, Srs. Deputado, em que esse ofício era remetido ao DER, esta douta Casa, esta magnífica e magnânime Direção Geral, mandava para o arquivamento, sem dar satisfação.

Sr. Presidente, eu queria que V. Exa., dentro do respeito e do acatamento que devemos ter para com os Srs. Deputados, que nos orientasse, que nos estimulasse, que nos dissesse qual seria o caminho a tomar, Sr. Presidente, quando se receber parecer do Departamento competente, que é o Departamento de Estradas de Rodagem. Que se manda, Sr. Presidente, um ofício no dia 13 de setembro pela manhã e no mesmo dia manda arquivar-se; e o Sr. Diretor Geral manda para o arquivo, sem dar satisfação para o Deputado.

Sr. Presidente, não vai aqui censura à Comissão Executiva passada, nem à própria Direção. O que nós queríamos, Sr. Presidente, é que V. Exa., dentro de espírito democrático, do tirocínio administrativo, do Diretor Geral passado e do atual, que nos orientasse como devemos fazer. Se o requerimento que vai à

diligência no dia 13 de setembro de 76, às 11 horas da manhã, — às 4 horas da tarde é pedido o arquivamento. Por falta de amparo legal, talvez, Sr. Presidente, por falta de conteúdo, por falta do contexto; de palavras bonitas; de verbosidade. Mas o que não entendemos e não podemos entender, Sr. Presidente, é que no dia em que se manda um requerimento em diligência, sem dar a satisfação para o Deputado, sem mandar dizer que o seu requerimento fora arquivado. — Estamos nós, Sr. Presidente, mentindo para o nosso povo? Que havíamos entrado para o pedido para a denominação de uma estrada; e é mentira, Sr. Presidente. Era exclusivamente da falta de gabarito da administração anterior; da falta de tirocínio; da falta de consideração para com o Deputado.

Porque não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mandar um pedido de informação do dia 13 de setembro de 76 e no mesmo dia assinar o arquivamento. Seria então...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência sente-se na obrigação de interromper V. Exa. para prestar um esclarecimento.

A impressão de que V. Exa. está duvidando da capacidade dos funcionários desta Casa.

V. Exa. está enganado e a Presidência quer lhe dar um esclarecimento, para que V. Exa. encerre este assunto.

O projeto de lei que V. Exa. faz menção, está na Comissão de Constituição e Justiça. Todavia, com diligência baixada ao DER. O que está no arquivo é a cópia do requerimento que encaminhou ao DER o projeto de lei de V. Exa.

V. Exa. não tem razão nenhuma, portanto, de levantar qualquer dúvida à lisura da Comissão de Constituição e Justiça, ou de qualquer setor funcional desta Casa. É a informação que a Presidência deseja dar a V. Exa. para que V. Exa. não continue, por favor, neste assunto.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vou continuar, Sr. Presidente, porque fomos ao DER; e lá nada existe.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem saída no protocolo do projeto de lei de autoria de V. Exa. Fará chegar às mãos de V. Exa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Lá nada existe. Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que me diga e me responda com a devida vênua, com o devido acatamento, o que é isto aqui, Sr. Presidente: Seção de correspondência: 13-9 — ao Sr. Diretor Geral para autorizar o arquivamento. Então eu sou boçal, me perdoe Sr. Presidente, e peço vênua a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Acabo de receber informações da Divisão das Comissões de que o projeto de lei de V. Exa. encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, com expediente encaminhado ao DER, com a cópia do requerimento expedido mandada para o arquivo.

O SR. GABRIEL MANOEL — O Sr. me perdoe, mas lá no DER não existe nada, Sr. Presidente, e eu não sou mentiroso. V. Exa. não vai me chamar de mentiroso, porque no DER não existe nada. Se V. Exa. acha que eu estou mentindo, vou dizer a V. Exa. que no DER não existe nada. Fizemos sindicância por intermédio da Primeira Secretaria e lá não existe nada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, voltarei a dizer, com a devida vênua, e me perdoe pela inoportunidade talvez, mas sou prejudicado, Sr. Presidente, pela falta de consideração, Sr. Presidente. Sobre o anteprojeto, Sr. Presidente, deveria o Deputado pelo menos receber uma comunicação. Veja, Sr. Presidente: 24 de agosto de 1976. Ficamos como que tateando no escuro, procurando este anteprojeto.

Mentimos para o nosso povo, Sr. Presidente, e se isto for causar para V. Exa. qualquer coisa que desabone a este Deputado, então assumimos e arcamos com a responsabilidade.

Está aqui, Sr. Presidente: "Autorizo o arquivamento". Sr. Presidente, pelo amor de Deus, não desminta um liderado

seu.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência solicita vênua ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, mas a Presidência não pode passar por mentirosa. A Presidência vai lhe fornecer uma informação: a Presidência tem em mãos o Projeto de Lei 92/76, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Gabriel Manoel. "Na Súmula: Denomina Avelino Vieira, a rodovia que liga Wenceslau Braz, Tomazina, Pinhalão, Japira, Ibaity a Lisímaco Costa."

A Presidência informa: encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, desde 31 de agosto de 1976, com o Sr. Deputado Dácio Leonel de Quadros". O Sr. Deputado Dácio Leonel de Quadros emitiu o seguinte parecer ao projeto de lei 92/76. (Lê): "Requerimento. — Sr. Presidente — Na qualidade de relator do Projeto de Lei 92/76, de autoria do eminente Deputado Gabriel Manoel, solicito que o mesmo seja convertido em diligência junto ao DER, a fim de que aquele órgão se manifeste sobre a sua viabilidade. Sala das Comissões, em 01/09/1976." E a Presidência tem a anotação: "Diligência requerida ao DER — Ofício 61/76, em 02 de setembro de 1976". E, nesta Casa, não consta o recebimento de nenhum expediente do DER que fale sobre o assunto. Não se culpe, portanto, a Divisão das Comissões, e, nem tampouco, o Departamento Legislativo. A Presidência tem em mãos cópia do Ofício 61/76, assinado pelo Deputado Accioly Neto, então Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, protocolado sob o número 7805, em 02/09/1976, do seguinte teor: "Sr. Primeiro Secretário — Em atenção ao requerimento aprovado nessa comissão — cópia anexa — encaminho a V. Exa. fotocópia do projeto de lei número tal, o qual deverá ser convertido em diligência junto ao DER, a fim de que se manifeste sobre a viabilidade." Está o projeto de lei de V. Exa., portanto, ainda na Comissão de Constituição e Justiça, no aguardo de que o DER, fale sobre o assunto, na diligência solicitada. É a informação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, quero, com o respaldo devido, e o apoio do Deputado Accioly Neto, Presidente da Comissão dizer que, V. Exa. talvez não tenha prestado atenção ao começo da minha oração: "Em atenção..." "Com a honra que devemos e a admiração ao Deputado Accioly Neto, ele cumpriu com a sua obrigação. Após isso, Sr. Presidente, o relator, Deputado Dácio Leonel, e nós vamos passar por mentiroso porque não é do nosso feitio como V. Exa. sabe, (Lê): "Na qualidade de Relator do Projeto de Lei número 92/76, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, solicita que o mesmo seja convertido em diligência junto ao Departamento de Estradas de Rodagem, a fim de que aquele órgão se manifeste sobre a viabilidade. Sala das Sessões, em 01 de setembro.)".

(Lê): "Sr. Diretor. Por deliberação da douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa através do Presidente, Deputado Accioly Neto, passo às mãos de V. S., inclusa cópia do Projeto número 92/76, o qual deverá ser convertido em diligência junto a este Departamento, a fim de que se manifeste sobre a sua viabilidade. (Assina) Deputado Agnaldo Pereira Lima).

Dia 13 de setembro de 1976, Sr. Presidente!

Eu não entendo então, Sr. Presidente, perdoe-me pela minha ignorância. No mesmo dia pedi o arquivamento, Sr. Presidente. Veja bem V. Exa., atente que estamos apenas sugerindo uma saída, Sr. Presidente, para que o nosso projeto que vamos apresentar novamente, tenha um destino certo.

(Lê): "Sessão de Correspondência — Para atender. 13 de setembro de 1976."

(Lê): "Ao Sr. Diretor Administrativo. 13 de setembro de 1976."

(Lê): "Ao Diretor Geral. Para autorizar o arquivamento".

Eu não tendo então, Sr. Presidente, se estou mentindo. Ou então não sei o que quer dizer arquivamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência terá imensa satisfação de informar o nobre Deputado Gabriel Manoel, que, se Sua Excelência desejar, a Presidência poderá determinar ao Departamento Legislativo, que cobre, do DER, resposta à consulta encaminhada.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, com o devido respeito e acatamento que tenho por V. Exa., eu não vou admitir que V. Exa. me chame de mentiroso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Eu não chamei V. Exa. de mentiroso.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Sr. Presidente.

Tenho aqui, as provas contundentes, provas assinadas, Sr. Presidente, por toda a mecânica, por todo o complexo mecânico da administração desta Casa, Sr. Presidente.

O que nós queríamos apenas, Sr. Presidente, não era provocar uma celeuma. O que queríamos, era saber como nos dirigir. V. Exa. me desculpe estar dialogando com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem saída para V. Exa.

V. Exa. solicita do Deputado Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que redistribua o projeto de autoria de V. Exa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Mas já foi arquivado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência está informando V. Exa., que não foi arquivado!

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Só com a finalidade de prestar uma colaboração neste diálogo, queria sugerir ao eminente Deputado Gabriel Manoel, que solicitasse da Presidência, que verificasse a data da remessa do pedido ao DER, e, não tendo recebido qualquer coisa do DER, reiterasse o seu pedido. Creio que assim estaria solucionado o problema, e o projeto em condições de ser apreciado pela CCJ.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente, colaborando com a solicitação do Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa V. Exa., que o tempo de V. Exa. está esgotado.

Outrossim, informa também, V. Exa. que o projeto de V. Exa. encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não se encontra, Sr. Presidente.

Por equívoco lamentável, encontra-se na Casa Civil, para despacho.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — É que está às mãos da Presidência o projeto de V. Exa.

A Presidência faz um apelo ao Sr. Deputado Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para que redistribua o projeto de V. Exa.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, pois me parece, não haver "quorum" para deliberação da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados.) — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Responderam a chamada nominal 35 Srs. Deputados.

A Presidência solicita dos eminentes Srs. Deputados, o obséquio de tomarem os seus lugares, a fim de que possa proceder a votação da matéria da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 83/77, Mensagem número 72/77, encaminhando ante-projeto de lei que objetiva instituir o Fundo Paranaense de Mineração, e constitui a Empresa Minerais do Paraná S/A. — MINEROPAR. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 123/75, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que altera a redação do art. 2º, da Lei número 5972, de 24 de julho de 1969, que dispõe sobre a obrigatoriedade de combate à febre aftosa em todo o território estadual. Pareceres favoráveis da CCJ e CAIC., por unanimidade. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 38/77, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que altera para "Formosa do Oeste", a denominação do Município de Formosa, criado pela Lei número 4382, de 10/06/61. Parecer favorável da CCJ., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 43/77, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Conselho Maringense de Assistência à Mulher, com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 75/77, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo denominar João Antônio Zem, um dos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 76/77, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — APMI, da cidade de Rio Branco do Sul, neste Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 89/77, de autoria do Deputado Accioly Neto, que declara de utilidade pública o "Clube de Rádioamadores do Litoral do Paraná", com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 101/77, de autoria do Deputado Antônio Facci, que declara de utilidade pública o "Núcleo Social Papa João XXIII", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 288/77, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 205/76, aprova prestação de Contas do Departamento Financeiro deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1975. Parecer favorável da CTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 289/77, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 216/76, aprova prestação de Contas do Departamento Financeiro deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1974. Parecer favorável da CTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução

número 290/77, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 113/77, aprova prestação de Contas da Fundação Universidade Estadual de Maringá, referente à aplicação de recursos oriundos do Poder Legislativo do Estado do Paraná para concessão de Bolsas de Estudos a alunos matriculados naquele estabelecimento durante o exercício de 1975. Parecer favorável da CTC., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 291/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 395/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mandirituba, objetivando reparos no prédio da Casa Escolar Estadual João Camargo. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 292/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 407/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Guaratuba, objetivando reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia, a Agência de Rendas, o Grupo Escolar e o Posto de Puericultura local. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 293/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 417/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Tomé, visando obras de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Professor Pedro Fécchio" e a Escola Rural "Ney Braga", daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo, por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 294/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 418/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria da Administração e o Município de São Jerônimo da Serra, objetivando reparos em próprios estaduais naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 295/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 431/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária local. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 296/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 434/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Palotina, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar "Joaquim Monteiro Martins Franco", da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 297/77,

de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 78/77, ex-Proposição número 438/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Ubitatã, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 298/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 86/77, ex-Proposição número 450/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, objetivando mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 299/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 454/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria da Administração com o Município de Grandes Rios, objetivando reparos em próprios estaduais localizados naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 300/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 457/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mariópolis, objetivando obras de reparos no prédio do Grupo Escolar de Mariópolis, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 301/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 464/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Isabel do Oeste, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Tiradentes e a Unidade Escolar de primeiro grau, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 302/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 467/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Tomé, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar "Santos Dumont". Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 303/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 89/77, ex-Proposição número 472/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Moreira Salles, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 304/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 94/77, ex-Proposição número 475/77,

aprova termo aditivo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cidade Gaúcha, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, lido da tribuna, encaminhando pedido de informações à Comissão Executiva, a ser atendido no prazo compatível com a situação de gravidade e nociva que compromete este Poder. — **À Comissão Executiva.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abrão Miguel Elias, ocorrido na cidade de Rio Branco do Sul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ary de Jesus Bello. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 129/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que seja afastado o lupanar existente no bairro do Xaxim, atendendo a abaixo-assinado de moradores do referido bairro. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Delegado Regional do Trabalho para o Paraná, indagando sobre providências levadas a efeito para solucionar problemas de segurança na construção de edifícios na cidade de Maringá e solicitando a constituição de Sindicância para fiscalização de tais obras. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, no sentido de ser estudada a possibilidade de construção de um núcleo habitacional popular na cidade de Palmeira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, no sentido de que seja ampliada a rede de energia elétrica em diversas localidades do Município de São Mateus do Sul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria da Educação e Cultura, em forma de pedido de informações, referente a processo reclamatório de distribuição de aulas. — Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente. Ontem, pedi para discutir o requerimento do eminente Deputado Valter Pietrângelo, em que pede algumas informações à Secretaria de Educação e Cultura, com referência a um pedido de um professor Jayr Ferreira, Professor Suplementarista, lotado no Ginásio Estadual de Pérola. Pelo que nós podemos verificar

neste requerimento, trata-se de professor que pleiteou aulas e não enquadrrou, e foi indeferido o seu pedido. Então aqui, é formulado um pedido de informações ao Secretário, do inteiro teor do processo reclamatório, proposto pelo professor, depois informar o inteiro teor, dos pareceres inseridos e nominar o Sr. Diretor e Professores que compõem o corpo docente no citado colégio e também esclarecer as aulas que ministradas de "per si", e suas qualificações.

Informar o período em que o Professor Jayr Ferreira prestou serviços ao citado estabelecimento, as disciplinas que lecionou, e qualificação que possuía no exercício.

Na sua justificativa, Sr. Presidente, eis que embora não seja suficientemente clara, a Ata da Primeira Reunião Pedagógica realizada no referido estabelecimento de ensino, deixa antever a presença da injustiça e do arbítrio, por parte do Sr. Diretor Lázaro Azevedo, através de posições eminentemente partidárias e políticas, de forma a não somente, permitir a politicagem como também a exceder a Direção daquela Casa Educacional.

Nós, vamos votar contrário a esse requerimento solicitado, sabemos, Sr. Presidente, que recursos de pedidos de aulas, vários foram encaminhados junto à Secretaria de Educação e Cultura.

Tenho conhecimento em municípios, em que professores, ligados à ARENA foram prejudicados em favor de outros do MDB, tenho certeza que de forma nenhuma a Secretaria de Educação e Cultura, permitirá que seja feita politicagem na distribuição de aulas.

Não quero com isto, contestar declarações, porque o eminente Deputado está pedindo informações. E nós, trazemos com satisfação as informações que o Deputado deseja, mas, votaremos no entanto, contrário ao requerimento, não deixando de prestar o esclarecimento que ele está aqui a solicitar.

Vou ainda nesta semana procurar e até no início da próxima semana já que o Sr. Secretário não se encontra em Curitiba, na próxima semana trarei as informações e as entregarei ao eminente Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O requerimento do Deputado Valter Pietrângelo, solicitando informações à Secretaria de Educação e Cultura sobre o processo reclamatório de distribuição de aulas firmado pelo Professor Jair Ferreira da cidade de Pérola, precisa e deve ser aprovado.

O Deputado Gilberto Carvalho, exercendo hoje a Liderança da ARENA, disse que sua bancada, ausente por sinal, vai votar contra.

Ocorre Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Professor Jair Ferreira é professor há muitos anos no Ginásio Nestor Vitor da cidade de Pérola. Em 1976, ele disputou as eleições como candidato a Vice-Prefeito daquela cidade. Em 1977, ele reclamou suas aulas como de direito e até dentro deste 1977, se não me engano, deste decreto. Mas viu que foi preterido em parte de sua pretensão quando aulas de disciplinas em que este professor é formado, foram distribuídas a professores não qualificados naquele estabelecimento ou que vieram depois dele, conforme o próprio decreto disse.

O caso, no entanto, não teria tanta gravidade sem uma ata da reunião daquela escola; o diretor não teria afirmado que realmente não ia dar as 44 aulas ao Professor Jair Ferreira, porque o mesmo, na campanha de 1976 tivera criticado a direção daquele Colégio. É portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um caso especificamente político que se configura na

negação das aulas ao Professor Jair Ferreira.

Ele esteve por todos os meios, procurando a solução administrativa. Apresentou a este Deputado a sua documentação e o encaminhamos à Associação dos Professores que constituiu um advogado. Procurou, por todos os meios, chegar-se a uma solução pacífica e, como já disse, administrativa. Não conseguiu.

Vê-se, portanto, o Professor, privado de seu direito de dar as suas aulas, única e exclusivamente porque pertenceu, porque pertence, porque disputou um cargo político pelo MDB. A cópia da ata está em poder do Deputado Valter Pietrângelo, e consta claramente a intenção deste Diretor. Quando ele diz que realmente ele bem sabia o que estava fazendo mas que não tomaria outra posição a respeito; que não atenderia o Professor Jair Ferreira, em hipótese alguma.

O pedido do Deputado Valter Pietrângelo que merece e deve merecer o apoio desta Casa, trará à luz, um caso em que o professor teve coragem de reclamar.

Mas quem sabe, quantos outros, ocorrem neste Paraná afora; e o professor apenas se cala, com muita simplicidade.

Quanta gente e quantos professores nós temos encontrado em Curitiba e Maringá; nas grandes cidades, que mantinham aulas em colégios em pequenas cidades e que por perseguição política tiveram que mudar-se de lá.

Mas o professor Jair teve garra. Teve coragem de manter-se em Pérola e continuar reclamando; de manter-se lá, mesmo com poucas aulas. E ativar até, paralelamente, uma pequena oficina de marcenaria para poder sobreviver.

Mas ele servirá de exemplo, vindo todo esse processo a esta Casa, para que possamos mostrar aos demais professores deste Estado que militam, que vivem nas cidades pequenas do interior que tendo-se coragem, garra e vontade, se vence. E tenho certeza que o Sr. Secretário da Educação ver-se-á obrigado a atender a justa reivindicação do Professor Jair Ferreira.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente e prezados colegas.

Primeiramente, eu agradeço ao Deputado Antônio Facci por ter defendido com conhecimento e com entusiasmo essa matéria, que propomos. Simplesmente com o intuito de procurar conhecer a verdade para propormos um julgamento justo a essa questão.

O nosso requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tem nada de ofensivo e nem traz no seu bojo um pré-julgamento.

Eu digo aqui no princípio da justificação, de que “a ata a qual me baseio para levantar dúvidas e crer na interferência da politicagem” — Eu digo aqui que essa ata não está suficientemente clara, de forma inofensiva, para determinar a presença da política partidária na direção do Ginásio Estadual Nestor Victor, lá do Município de Pérola.

Quero crer, Sr. Presidente, que efetivamente se configura aqui a presença da política partidária, a interferir de uma forma desastrosa na Direção, no relacionamento do Diretor com os professores, a prejudicar o nível educacional no Ginásio Estadual Nestor Victor, na cidade de Pérola.

Estou aqui com uma cópia desta ata. E nela está registrado claramente de que o Diretor do Colégio nega as aulas, por imposição política. E declara ainda, que tal imposição obriga o professor prejudicado poderia lhe imputar falta. E outras declarações por aí afora.

Não obstante a ata não seja, amplamente, de forma inofensiva, clara, ela deixa perceber que, realmente, coisas deletérias estão acontecendo nesse Colégio Nestor Victor, de Pérola, e que vêm a prejudicar de forma inaceitável, porque é injusta e imoral, ao ex-professor daquele estabelecimento, Sr. Jair Ferreira.

Então, é necessário que se esclareça a verdade.

E é por isso que, em quatro itens, encaminhamos essa solicitação de informações ao Sr. Secretário, para exatamente, pronunciarmos um julgamento correto.

Devo registrar que, efetivamente, pelo Paraná afora tem-se desenvolvido uma política discriminatória, onde o rolo compressor armado pelo Governo aí está a prestigiar esses malfadados e malditos comandos políticos, tem prejudicado muita gente que não traz esta uma inscrição do partido político e da sistemática do atual Governador do Paraná.

Apesar da boa vontade do nobre e combatente Deputado Gilberto Carvalho em nos trazer oficiosamente essas informações, não vejo porquê o seu registro regimental e constitucional, porque ele poderá colaborar, e muito, para que possamos evitar tantas injustiças, combater a corrupção nesse setor.

Por isto, apesar do cavalheirismo do eminente Deputado que lidera a bancada da ARENA, solicito aos meus Companheiros e aos Deputados da outra bancada compreenderem a necessidade de se esclarecer a verdade com suporte constitucional, que nos ajudem votando favorável a esse pedido de informações.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação.

O SR. RENATO BERNARDI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, não entendo exatamente a posição da Liderança da ARENA, tentando derrubar um simples pedido de informações quando, posteriormente, essas mesmas informações virão por outros meios que não os normais no relacionamento do Poder Legislativo com o Executivo.

Entretanto, se a bancada majoritária desta Casa, usando do expediente regimental, rejeitar a matéria, ficaremos muito agradecidos se, por outro caminho, que não o de relacionamento normal do Executivo com o Legislativo, vierem as informações que hoje afetam um professor da cidade de Pérola mas, que estão a afetar tantos e tantos professores do interior do Paraná.

Até mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vou me ater exatamente ao caso concreto do professor Jair Ferreira, porque o mesmo caso que se dá na cidade de Pérola, aconteceu na 32ª Inspeção Regional com sede na cidade de Maringá; esse mesmo caso aconteceu em tantas e tantas cidades do Estado.

Acontece que nem em todas as regiões do Paraná tivemos profissionais dispostos a resistir e mesmo nem todos tiveram as condições de sobrevivência para resistir a determinados tipos de pressões que o poder oficial vem impondo, principalmente nas cidades de cunho eminentemente agrícola.

Mas aqui fica para a consideração dos Srs. Deputados, a necessidade e a importância do posicionamento tomado pela Associação dos Professores Licenciados do Paraná, quando pretendiam a total desvinculação da ingerência pedagógica, didática e administrativa das unidades escolares, da política oficial vigente, principalmente do famigerado comando político que em certas regiões, primeiro, na casa de um chefe político distribui as aulas que serão finalmente distribuídas no edital oficial da escola do local.

Casos desta natureza não voltarão a se repetir, se o Paraná assistir a concretização de tantas e tantas promessas feitas — feitas e não cumpridas, feitas, e cujo cumprimento se alonga no tempo, se alonga no espaço à espera de regulamentação, que não vem.

E isto tudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seria resolvido se finalmente fosse dada à educação do Paraná, a prerrogativa de ser dirigida por professores, por homens da educação, se para as nossas escolas do Interior fosse dado o efetivo tratamento que prevê a Lei 5692 — que a extensão da quinta, sexta, sétima e oitava séries não fosse apenas um favor político de

quem detém o poder eventualmente, mas, fosse um cumprimento puro e simples, da Lei 5692. E de tantas promessas feitas e não cumpridas, nós nos lembramos do Acordo que o Brasil assinou em 1962, em Punta Del Este, quando o Brasil, ao lado de todos os países latino-americanos assinou um compromisso, de que, seria dado à infância brasileira, o mínimo de escolaridade, de 6 anos. Mas na maior parte do Paraná esta educação é dada apenas até à quarta série. Compromisso público assinado, perante todo o Continente há 15 anos atrás, e que até hoje não foi cumprido. Não foi cumprido, porque faltava uma lei específica que coordenasse e estruturasse o assunto.

A Lei 5692 veio. E o Paraná caminha a passos lentos, para esta implantação, para que possa, sempre, às vésperas de campanhas eleitorais e campanhas políticas, usar o cumprimento deste compromisso, apenas como uma forma de forçar a vontade popular na decisão eleitoral, nas decisões das urnas.

Mas isto também não se repetiria, Sr. Presidente, se as vagas que aí existem na rede escolar paranaense, fossem levadas a concurso público, porque, se ontem nós não tínhamos Faculdade de Filosofia, hoje nós temos um espaço paranaense coberto por escolas de informação profissional de magistério; temos hoje, mais de 15 faculdades de educação, no Paraná, a formar professores que, com a sua documentação em mãos, têm que ficar sempre na posição vexatória de suplementaristas, suplementando uma coisa cujo essencial, cujo capital não existe, que são as vagas levadas a concurso, e no concurso liso, no concurso limpo, no concurso público, aberto a todos os portadores de diploma superior na área da educação. Não haverá ARENA, não haverá MDB; não haverá ARENA-1, não haverá ARENA-2; não haverá detentor de comando político, será a simples seleção daqueles que melhor se integrarem e se interessarem pela educação.

Mas este Governo que apregoa realizações aos 4 ventos, realizações não feitas, promessas não cumpridas, está aí. E aí,

infeliz de um Governo que se preocupa apenas com a manipulação de estatísticas e números mentirosos e falsos, mas não se preocupa com a principal riqueza de um Estado que é a sua gente e o seu povo, e não dá à sua gente e não dá ao seu povo as condições mínimas para a uma formação pessoal, uma formação intelectual e uma formação moral. E isso nós só conseguiremos, Sr. Presidente, no momento em que o educador for efetivamente um homem livre e independente, que até mesmo possa votar na oposição, sem ter sobre a sua cabeça, a espada de "Damocles" e o famoso Decreto-Lei 1495, manipulado ao bel-prazer daqueles que eventualmente detêm o Poder e não têm a coragem de dar a este povo, eleições livres, diretas e universais, porque então sim, a situação seria diferente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Deputado Valter Pietrângelo. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — Aprovado.

O SR. DEPUTADO GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e fará verificação de votação.

Regimentalmente, na forma inversa, os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

11 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para deliberação. E, em consequência, fica transferida para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.